



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS ACADÊMICOS
E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**



**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIBIC/PIBITI/PIBIC-AF/PIVIC/PIVITI**

Título do projeto

Os desafios do Acesso e da permanência na Educação Superior no contexto das Políticas de inclusão social

Título do Plano

Políticas de permanência à educação superior e as contribuições dos programas acadêmicos e de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Orientadora

Prof. Dr. Edineide Jezine Mesquita Araújo
Departamento de Metodologia da educação - DME

Discente

Maria Gislhayne da Silva Santos
Pedagogia - educação do campo
Centro de Educação - CE

João Pessoa, agosto de 2017

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório resulta do Projeto de Pesquisa intitulado “**Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba**”. Desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFPB). A pesquisa tem como plano para análise as “**Políticas de permanência à educação superior e as contribuições dos programas acadêmicos e de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social.**”.

O trabalho tem como objetivo, fazer uma análise sobre as políticas de permanência na esfera da UFPB, fazendo relação com o perfil do ingresso a partir da implantação do Sisu e políticas de cotas, objetivando o reconhecimento dos índices do ingresso dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o estudo traz os seguintes objetivos específicos: Considerar o ingresso a partir do campo de conhecimento e/ou cursos de maior e menor prestígio social de ingressos por políticas de cotas; Avaliar a oferta de programas acadêmicos e de assistência estudantil que possam favorecer a permanência e a conclusão do curso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, e por fim, reconhecer a partir do perfil socioeconômico as condições para a permanência e conclusão de cursos de sujeitos ingressos por cotas em cursos de baixo e alto prestígio social.

Assim, o estudo delimita-se sobre o perfil socioeconômico e as condições de permanência no ensino superior dos estudantes ingressos em situação de vulnerabilidade, principalmente os advindos de escola pública, baixa renda, com pais de baixa escolaridade e pessoas autodeclaradas de cor parda e negra possuem maiores dificuldades para manter-se na universidade. Nesse sentido, levanta-se uma reflexão sobre a compreensão de que não basta apenas, o investimento na expansão da educação superior, é necessário, contudo, que o ingresso e a permanência, em qualidade, estejam atados em prol do favorecimento no processo de inclusão social nesse nível de ensino.

Nesse sentido, a problemática levantada, investiga quais e como se dá, as conjecturas institucionais para a permanência e conclusão cursos superiores na UFPB a partir da política acadêmica e de assistência estudantil, a partir das contribuições de programas acadêmicos para estudantes oriundos das camadas populares.

O estudo emerge do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GEPSS) e Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior (NEPES), sob a coordenação da professora doutora Edineide Jezine. Com efeito, a metodologia pautou-se em um estudo quali-quantitativo, em que foram analisados o quantitativo dos estudantes beneficiados pelos programas da assistência estudantil da Universidade Federal da Paraíba, através de consultas dos dados disponibilizados pela PRAPE/2016-2017.

A fundamentação teórica da pesquisa pautou-se nos estudos desenvolvidos pelo grupo de estudos GEPSS (CASTELO BRANCO; JEZINE; NAKAMURA) em que trabalham a categoria permanência de sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir dos anos 2000. Assim, esta pesquisa se estrutura da seguinte forma: No primeiro capítulo, abordam-se as Políticas de permanência à educação superior e os Programas e ações que visam à permanência na Universidade Federal da Paraíba no contexto da expansão. No segundo capítulo, o resultado da pesquisa, em que se encontram: atendidos pela Assistência Estudantil e Programas que contribuem com a permanência do estudante na universidade Federal da Paraíba.

2. OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivos: Analisar as políticas de permanência no âmbito da UFPB, relacionando com o perfil do ingresso a partir da implantação do Sisu e políticas de cotas, a fim de reconhecer percentuais de ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social; Analisar o ingresso por área de conhecimento e/ou cursos de alto e baixo prestígio social de ingressos por políticas de cotas; Analisar a oferta de programas acadêmicos e de assistência estudantil que possam favorecer a permanência e a conclusão do curso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social; Reconhecer a partir do perfil socioeconômico as condições para a permanência e conclusão de cursos de sujeitos ingressos por cotas em cursos de baixo e alto prestígio social.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia pautou-se em um estudo quali-quanti, em que foram analisados o quantitativo dos estudantes beneficiados pelos programas da assistência estudantil da Universidade Federal da Paraíba, através de consultas dos dados disponibilizados pela PRAPE/2016-2017. E consultas nas produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade – GEPESS. Ressalta-se que para “reconhecer a partir do perfil socioeconômico as condições para a permanência e conclusão de cursos de sujeitos ingressos por cotas em cursos de baixo e alto prestígio social” que consta no plano de trabalho ora apresentado, seria aplicado um questionário aos estudantes de Direito e Pedagogia para atender ao objetivo proposto, no entanto, por problemas de logística, não foi possível tal procedimento.

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

4.1. Políticas de permanência à educação superior

Do ponto de vista histórico sabe-se que o ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, esta, a qual, é completamente dependente do sistema público de educação. Entretanto, no período entre 1970 e 1980, a educação superior vivenciou um processo de expansão, entretanto, desde então que as influências políticas mercantilistas atuam nesse contexto de forma fortalecedora ao setor privado. Nos anos 2000, a expansão desencadeia um número mais expressivo, tanto no setor privado, como, dessa vez, também no setor público através, do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI e a Lei, com cunho sociorracial, com vista a favorecer o ingresso de sujeitos de cor (negros, indígenas e pardos), e advindos de escolas públicas.

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (apud, ZAGO, NADIR, 2006, p. 228).

Nesta perspectiva, percebe-se a dinâmica do fenômeno expansionista da educação superior pública, e assim, desenvolve-se uma problematizada discursão na ampliação do ingresso, a partir de políticas de acesso, estas que, foram criadas objetivando permitir o ingresso ao ensino superior às pessoas consideradas historicamente excluídas deste nível de ensino. Entre as principais estão: o programa de Financiamento Estudantil – FIES; PROGRAMA universidade Para Todos – PROUNI; programa de Inclusão social e racial – COTAS e o projeto Incluir, para pessoas portadoras de deficiências. A democratização do ensino superior, por meio das políticas de acesso, promoveu um inegável índice de ingresso por parte dos estudantes pertencentes as camadas populares à Universidade.

A permanência é o desafio subsequente do acesso, mesmo assim, “existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares ingressar e permanecer nas universidades públicas. (apud, Bori& Durham, 2000, p. 41). Na Universidade Federal da Paraíba -UFPB, (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, JEZINE, p 9) dizem que:

Com a criação do SiSU, ocorre na UFPB, através da Resolução nº 44/2010, uma “[...] substituição gradual dos Processos Seletivos para ingresso nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal da Paraíba pelo Sistema de Seleção Unificada - SiSU, gerido pelo MEC [...]”, com a destinação de 10% das vagas em 2011; 20% em 2012; 40% em 2013 e 100% em 2014, quando ocorreria a extinção do PSS, realizado e aplicado pela UFPB. (CASTELO BRANCO; JEZINE; NAKAMURA; 2015; p. 9)

Entre as políticas de acesso, o SISU, está associado no BRASIL, à redução da desigualdade e à ascensão social. Os impactos das políticas de acesso à educação superior, fenômeno este que tem

desenvolvido um crescente olhar sobre a educação, o qual, aponta para uma crescente valorização da educação superior.

Ainda no ano de 2011, ocorre na UFPB a implantação da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV), criada através da Resolução CONSEPE nº 09/2010, que “Institui a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso aos cursos de Graduação, desta Universidade, e dá outras providências”. Com a MIRV, as vagas do PSS e as vagas destinadas ao SiSU passam a reservar um percentual ao preenchimento pelo sistema de reserva de vagas para alunos da rede pública, pretos e pardos e deficientes. A implantação da MIRV foi iniciada nos Processos Seletivos de 2011, reservando 25% de suas vagas, mas com a implantação da Lei nº 12.711/2012 esse percentual foi fixado em 50% para todo o território nacional, a partir dos processos seletivos para as vagas de 2013 (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, JEZINE, p. 9).

Os números do Sisu revelam uma política pública “no caminho certo”, a qual, tem ampliado e democratizado os espaços de equidade e inclusão na educação superior. Percebemos assim, o quão é imprescindível e séria, é a reflexão e a razão para estudo e entendimento dos caminhos protagonizados por aqueles que são socialmente excluídos historicamente do acesso ao ensino superior.

As pesquisas de Nakamura (2014) e Castelo Branco e Jezine (2013) assinalam a mudança de perfil do estudante ingresso, a partir da implantação das políticas de cotas, na medida em que estas contribuem para o acesso de sujeitos em situação de vulnerabilidade nos espaços acadêmicos. No caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os estudos apontam que a implementação da Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV)¹, na instituição favorece o ingresso de estudantes de origem escolar pública, que cresce, no período de 2008 a 2012, passando de 36%, no ano de 2008, para 53,1%, em 2012; de estudantes negros (somam pardos, negros e indígenas) passam de 46,6%, no ano de 2008 para 57,6%, em 2013” (CARVALHO, RAYANA & JEZINE; 2016, p. 109).

A inclusão social da classe popular no ensino superior como resultado das políticas afirmativas, constituem um absoluto avanço. O desafio de ingressar na educação superior com a expansão do acesso agora é “superado.” Contudo, ao superar o desafio do acesso e ingressar na universidade, o sujeito agora dispõe do desafio de permanecer nela.

Nas considerações de Finatti (2007) as dificuldades não se encontram somente no ingresso na universidade. A permanência é outro desafio, uma vez que os estudantes, mesmo matriculados em instituições públicas, têm gastos com transporte, alimentação, material didático entre outros. “Portanto, além da ampliação do acesso, nos cabe aqui refletir sobre as atuais condições de permanência, para que este não fique somente no plano legal.” (apud ESTRADA; RADAELLI; 2014; p. 13).

Se para o indivíduo historicamente, socialmente e culturalmente, o acesso caracterizava-se por um imenso desafio, como será a permanecer? A reflexão que quando a respeito da permanência dos estudantes na educação superior, cabe o desenvolvimento de medidas capazes de prover as precisões apresentadas pelos alunos, se, ao avesso, essas políticas não conseguirão cumprir suas respectivas finalidades. Nessa vertente, surgem indagações como: as políticas públicas de acesso são suficientes para garantir um meio eficaz para o exercício do direito à educação superior?

4.2. Programas e ações que visam a permanência na Universidade Federal da Paraíba no contexto da expansão.

¹Instituída em 2011, a MIRV se caracteriza enquanto política de cotas da UFPB.

As pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e Sociedade (GEPESS), a partir do projeto sub 05 - Acesso e Permanência na expansão da educação - que integram o estudo de caso da Universidade Federal da Paraíba, atualmente discutem o acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na universidade a partir das aberturas legais, por meio de programas e ações que favorecem a inserção desses sujeitos na universidade. Nessa perspectiva, destaca-se a democratização do ensino superior como processo resultante no aumento do índice de ingresso considerável por parte dos estudantes pertencentes as camadas populares.

Não obstante, a permanência é um desafio subsequente do acesso (ZAGO, 2006), em que, os programas e ações voltados à tal, são iniciativas importantes para sua manutenção no ensino superior. Nessa perspectiva, sentiu-se a necessidade de realizar um levantamento de programas e ações que visam a permanência para o reconhecimento dessas políticas no âmbito acadêmico e da assistência estudantil, como o atendimento aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social (CASTELO BRANCO; NAKAMURA; 2013), especificamente no *locus* da Universidade Federal da Paraíba - UFPB que integra o estudo de caso abordado no GEPESS.

Quadro 01 - Síntese de Programas e Ações que podem favorecer a permanência na UFPB² - (2017)

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Busca pensar políticas destinadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade, que estão fora dos sistemas de ensino, e objetiva possibilitar sua inclusão, a partir da garantia do acesso e permanência. Para isso, são desenvolvidos programas como: Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); e o Programa de Apoio à Formação Superior de Professores (PROLIND), que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo da SECADI é valorizar as diferenças e a diversidade, promovendo a educação inclusiva, garantindo os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.
SESU - Secretaria de Educação Superior
Trabalha com programas e projetos de acesso e permanência voltados para educação superior, que trazem em sua perspectiva a inclusão social, como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT); o Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR); o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G); o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); a Lei de Incentivo a Pesquisa.
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Como agência de fomento, desenvolve programas de cunho acadêmico relacionado à formação inicial de pesquisadores e busca, em ações relacionadas à pesquisa científica e tecnológica, a integração de alunos, destinando bolsas para estudantes que estão associados em ações coordenadas por professores, utilizando como critério de distribuição de bolsas o desempenho acadêmico dos alunos e sua vinculação às Universidades.

Fonte: Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 15 abr. de 2017.

2 Informações retiradas do artigo intitulado “Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 – 2012)”. Branco; Jezine; Nakamura (2014). Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 15 abr. de 2017.

O quadro possibilita enxergar importantes programas que visam o acesso e permanência voltados para educação superior, que trazem em sua perspectiva a inclusão social, em que, por sua vez, democratizam, em certa medida, o acesso a esse nível de ensino preocupando-se também com a manutenção da permanência dos mais vulneráveis. Segundo Jezine (2016, p. 4), “a discussão sobre a democratização do acesso relaciona-se a categoria inclusão” e é abordada de maneira sistemática.

[...] No campo da Educação Superior passa a ter uma relevância no conjunto das pressões exercida pelos movimentos sociais organizados, principalmente pelo movimento negro na busca da garantia dos direitos à educação, em consonância com a Conferência Mundial de Educação para Todos - EPT (Jomtien, Tailândia, 1990) e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas correlatas de intolerância, realizada em Durban em 20013, o que corrobora para a incorporação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras (CASTELO BRANCO; JEZINE; NAKAMURA, 2016, p. 4).

No tocante à assistência estudantil, esta tem papel importante face aos problemas enfrentados pelos estudantes durante toda permanência na graduação. Para tanto, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) vem gerenciando os recursos,

[...] do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba (PRAPE; 2017; s/p).

Conforme a PRAPE, o acesso aos benefícios que visam a permanência é feito através de processo seletivo para averiguação da condição de vulnerabilidade socioeconômica. Os processos seletivos acontecem em todos os campi da UFPEB, geralmente nas primeiras semanas de cada período letivo. “Os campi I, II e III têm o calendário letivo sincronizado. Porém, o campus IV (Rio Tinto e Mamanguape) está um semestre atrasado em relação aos demais” (PRAPE; 2017; s/p).

Quadro 02 - Políticas de Assistência Estudantil – PRAPE/UFPB -(2017)

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FINAL DE SEMANA	Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear em sua alimentação nos seguintes casos: aos estudantes da Residência Universitária no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; aos estudantes que recebem auxílio-moradia no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; aos estudantes que recebem auxílio-moradia nas Unidades Acadêmicas onde ainda não há RU (Campus IV-Unidade Acadêmica de Mamanguape, Campus I-Unidade Acadêmica de Mangabeira, Campus I-Unid. Acadêmica de Santa Rita)
AUXÍLIO-TRANSPORTE	Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear passagens em ônibus urbanos aos estudantes matriculados nas Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita do Campus I.
AUXÍLIO-CRECHE	Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear creche cujo filho esteja na faixa etária entre seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias.
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	De caráter permanente, o restaurante oferece refeições gratuitas. O benefício visa atender alunos ingressantes que exerce alguma

	atividade integral na Universidade ou são de outras cidades e não possui condições financeiras.
MORADIA ESTUDANTIL	A moradia estudantil é um serviço que a universidade oferece para estudantes que encontra-se em situação de vulnerabilidade reconhecida, e favorece o benefício para alunos que cuja a família mora fora das sedes do campus da UFPB. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.
ATENÇÃO À SAÚDE	Trata-se de atendimentos e ações que possibilita benefícios à saúde a todos os estudantes da Universidade, consultas médicas em nível de atenção primária a saúde, tratamento odontológico e acompanhamento psicológico individuais, odontológico e acompanhamento psicológico individual.
INCLUSÃO DIGITAL	São disponibilizados computadores individuais sob a responsabilidade dos estudantes, quando atende ao critério de vulnerabilidade econômica e social e por desempenho acadêmico.
APOIO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	Por meio de medidas políticas e jurídicas assegurados pelo decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e pela política Nacional de Educação para Pessoas com Deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva, o apoio objetiva garantir o direito a educação de qualidade para todos os alunos que possuem deficiência.
APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	O apoio versa estimular alunos para participação em eventos, tendo como objetivo: socialização de informações e produção de novos conhecimentos, que venham enriquecer a formação acadêmica.
MOBILIDADE ESTUDANTIL NACIONAL E INTERNACIONAL	É reconhecida e institucionalizada pelo programa de modalidade acadêmica da Andifes e pelo Programa Ciência Sem Fronteiras, consiste na concessão de auxílio financeiro cuja concessão se dará em observância a regra específica da modalidade internacional e nacional, realizada de acordo com a disponibilidade financeira da instituição. Convênio que entre si celebram as instituições federais de ensino superior visando ao programa de mobilidade acadêmica.
BOLSA PERMANÊNCIA	O programa tem como objetivo contribuir na permanência ao aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômico em cursos de graduação em modalidade presencial. Portaria de n.º 389, de 05 de maio de 2013 do Ministério da Educação.

Fonte: Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE. Disponível em: <file:///C:/Users/Jailson/Downloads/INFORMA%C3%87%C3%95ES%20SOBRE%20OS%20BENEF%C3%8DCIOS%20DE%20PERMAN%C3%8ANCIA.pdf> Acesso em: 02 de mai. 2017.

Conforme o quadro acima, da assistência estudantil prestada pela UFPB, destacam-se: o restaurante universitário, em que, a partir de um diagnóstico social, atende os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social; a moradia estudantil, destinada aos estudantes que residem fora das sedes do campus da Instituição; atenção à saúde, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), em que, oferece atendimento gratuito completo, aos estudantes devidamente matriculados na Universidade, etc.

4.3. Os atendidos pela Assistência Estudantil

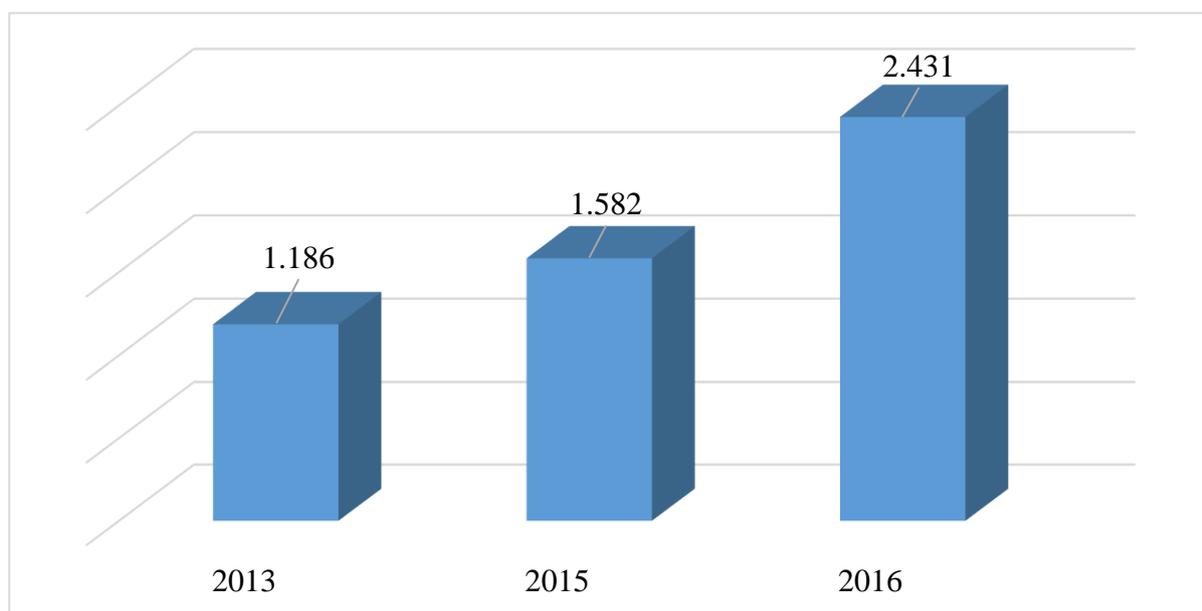
De modo a contribuir para a permanência e conclusão de curso nesta Instituição, a UFPB, disponibiliza aos discentes que não possuem o direito de realizar suas refeições no campus gratuitamente no Restaurante Universitário – RU, o auxílio-alimentação e o auxílio-alimentação final

de semana, este que, segundo a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE, os mencionados auxílios são:

Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear em sua alimentação nos seguintes casos: • aos estudantes da Residência Universitária no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; • aos estudantes que recebem auxílio-moradia no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; • aos estudantes que recebem auxílio-moradia nas Unidades Acadêmicas onde ainda não há RU (Campus IV-Unidade Acadêmica de Mamanguape, Campus I-Unidade Acadêmica de Mangabeira, Campus I-Unid. Acadêmica de Santa Rita). (PRAPE; 2017; s/p).

Assim, a partir do exposto, observando os dados apontados, é possível identificar que, no período de 2016, o quantitativo referente a discentes atendidos pelo auxílio-alimentação e o auxílio-alimentação final de semana, contabilizando 2.431, praticamente duplicou, quando comparado com os números referentes ao ano de 2015, com 1.582 e, 2013 com 1,186 estudantes auxiliados.

Gráfico 01 - Número de alunos assistidos com auxílio alimentação por mês - UFPB - (2013 - 2016)



Fonte: UFPB Relatório de Gestão 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2016.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2017.

A Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape, conforme é determinado no Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, inciso X, do parágrafo 1º do artigo 3º, os estudantes da educação superior com deficiência, são assistidos por meio de ações desenvolvidas em parceria com setores da própria universidade, em conjunto, principalmente, com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA. Assim:

Junto ao CIA, esse apoio se dá através do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência – PAED.

O PAED visa a dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência. O apoiador tem como principais obrigações dar suporte às atividades em sala e ajudar na mobilidade do estudante apoiado pelo campus. A Prape investe no PAED sobretudo em:

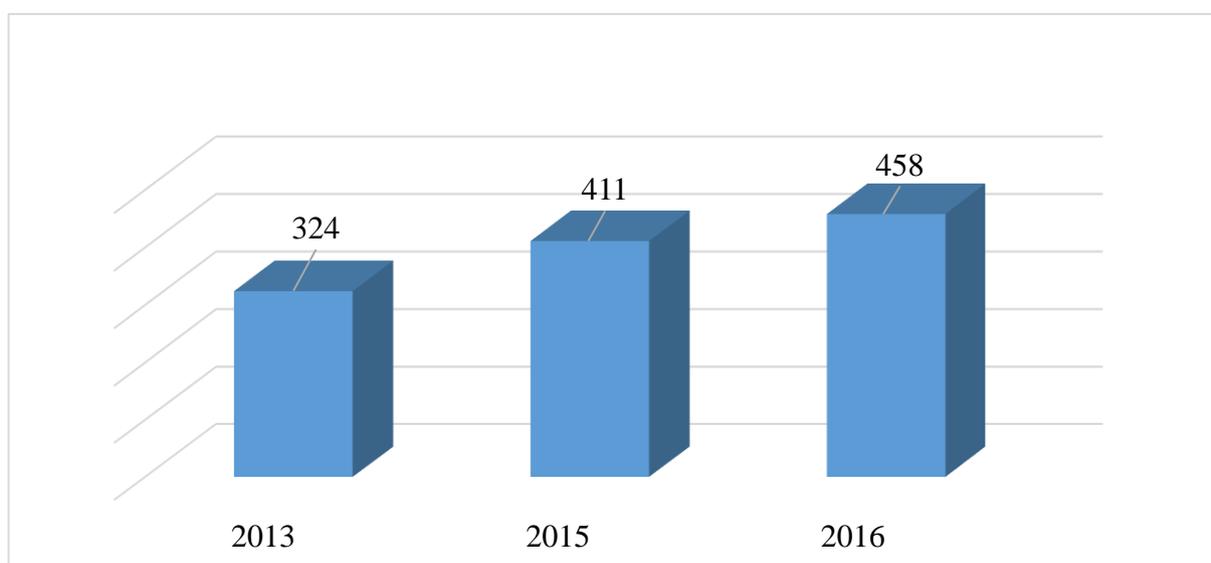
a compra de materiais permanentes para uso e empréstimo aos estudantes com deficiência;

o custeio de bolsas de monitoria do Programa.

A atual Coordenadora do Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA é a Professora Andreza Aparecida Polia, do Departamento de Terapia ocupacional do Centro de Ciências da Saúde – Campus I. (PRAPE; 2017; s/p).

Observando os dados apresentados, um significativo aumento no quantitativo em relação ao número de estudantes com deficiência assistidos através do programa bolsa apoiador. Em escala crescente, podemos constatar que: em 2013, 324 alunos foram beneficiados, enquanto no ano de 2015, o número cresceu para 411 estudantes assistidos pelo auxílio. Já em 2016 foram 458 alunos contemplados, o número teve um significativo crescimento de 47 bolsas, quando comparado ao quantitativo do ano anterior.

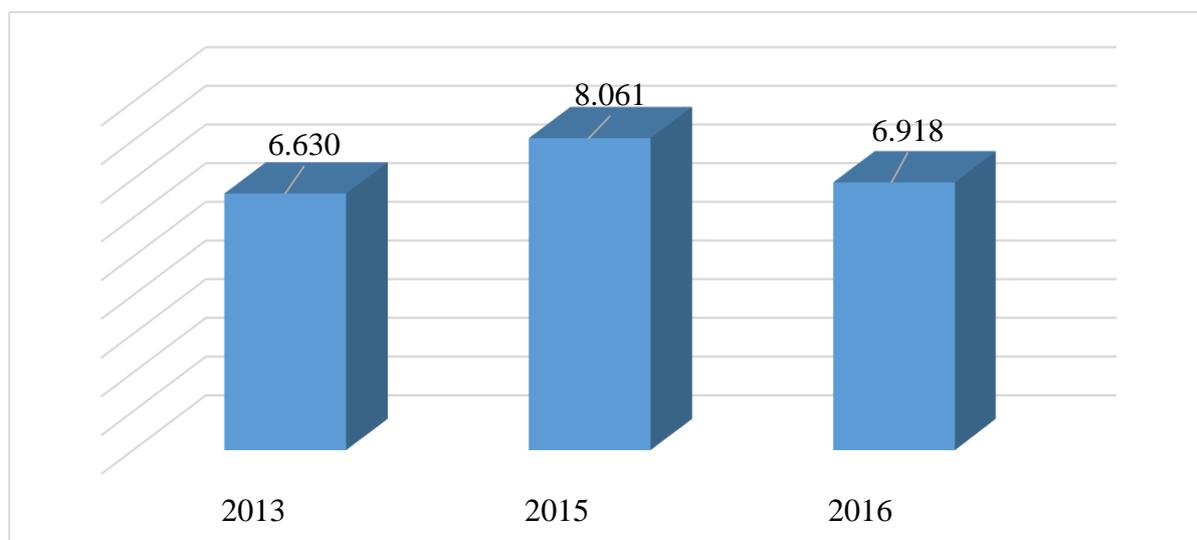
Gráfico 02 - Número de alunos com deficiência assistidos – Programa Bolsa Apoiador por mês - UFPB - (2013 - 2016)



Fonte: UFPB Relatório de Gestão 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2016.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2017.

Com o objetivo de oferecer condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica dos estudantes, contribuindo assim, para a permanência e conclusão de curso na instituição; podemos observar que a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que o ano de 2016 em relação ao ano de 2015, aponta uma queda de 1.143 atendimentos, beirando o menor índice exposto no gráfico que é o de 2013, com 6.630 atendimentos contabilizados, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

**Gráfico 03 - Número de alunos atendidos por dia – Restaurantes Universitários - UFPB
- (2013 - 2016)**



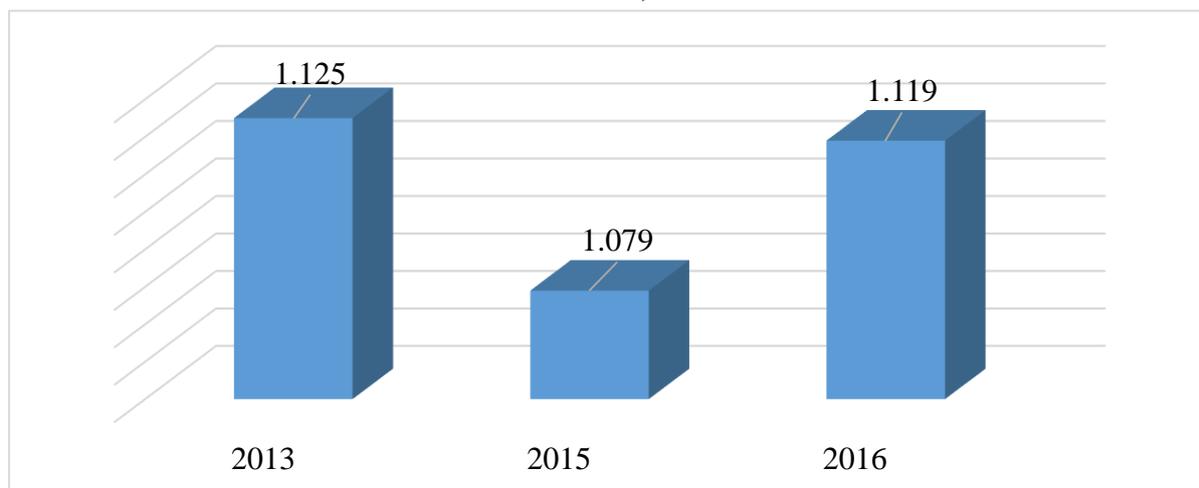
Fonte: UFPB Relatório de Gestão 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2016.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2017.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura – MEC, O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência aos alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Desta forma, objetivando a garantia de habitação aos estudantes regularmente matriculados na UFPB, originários de municípios distintos do respectivo Campus, onde estão situados os cursos de graduação que frequentam, e que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” (BRASIL, MEC; 2017). Assim, as residências Universitárias da UFPB, consistem na destinação dos estudantes em apartamentos fornecidos pela instituição.

Nesse sentido, a importância de existir ações de apoio aos estudantes é inegável, levando em consideração que uma efetiva política de assistência estudantil compreende ações que vão desde condições de acesso aos instrumentos necessários à formação profissional até a geração de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante (ESTRADA; RADAELLI; 2014; p. 33).

Nessa vertente, a partir do levantamento realizado nesta pesquisa, o programa de assistência estudantil, no tocante a residência universitária na UFPB, no período de 2013, o quantitativo de 1.125 eram beneficiados. Quanto no ano 2015, o gráfico aponta que apenas 1.079 estudantes foram atendidos, revelando assim, uma queda no quantitativo quando relacionado ao ano de 2013. Já em 2016, o número cresce expressivamente para 1.119 estudantes auxiliados com a residência universitária.

Gráfico 04 - Número de alunos atendidos – Residências Universitárias - UFPB - (2013 - 2016)



Fonte: UFPB Relatório de Gestão 2016. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2016.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2017.

Afim de prestar assistência à estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que não foram contemplados com a residência universitária e que não possuem condições de acessibilidade da residência quanto ao deslocamento para o Campus, o auxílio moradia se dá através do recebimento de um valor mensal para que o estudante possa custear uma moradia de maneira a contribuir para a permanência dos mesmos na Universidade. Desta forma, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, atendeu, por mês, 726 estudantes no período de 2013, quando, no ano de 2015, houve um crescimento de alunos beneficiados bastante expressivo, contabilizando 1.201 estudantes auxiliados. Em 2016, o número de beneficiados, em relação ao ano de 2015, obteve um número quase que duplicado, totalizando a soma de 2.390 estudantes assistidos pelo auxílio moradia na UFPB, como mostram os gráficos a seguir:

Um dado inédito, fornecido pela PRAPE, no qual apresenta o quantitativo de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil, na UFPB- CAMPUS I, no ano de 2017:

- AUXILIO MORADIA: 1684
- AUXILIO CRECHE: 37
- RUFET: 300
- RUMF: 300+39
- TRANSPORTE: 32 (uma tabela, ou um gráfico)

Com efeito, a UFPB vem seguindo a mesma lógica das políticas nacionais, com nomenclaturas diferenciadas. Dessa forma,

[...] no âmbito das políticas de inclusão referente ao acesso, emerge as políticas de permanência, sob a justificativa de que muitos alunos que ingressam na educação superior vêm da classe menos favorecida, portanto a necessidade de políticas que possibilitem a permanência encontra-se nas instituições, inclusive da UFPB, em formato de programas, ações assistenciais e na infra-estrutura física (OLIVEIRA, Josineide, 2017, p. 30).

Nesse sentido, quando uma instituição de ensino superior pública preocupa-se com a promoção de políticas e ações de seus estudantes até a conclusão do curso, esta está contribuindo diretamente na prática com a promoção da educação mais justa e verdadeiramente inclusiva (SANTOS, Jailson; 2017).

4.4. Programas que contribuem com a permanência do estudante na universidade Federal da Paraíba

Em relação aos programas que contribuem com a permanência do estudante na universidade, destacam-se os programas acadêmicos de pesquisa e ensino, conforme ilustrado nos quadros a seguir:

Quadro 03 - Programas acadêmicos de pesquisa que favorecem a permanência na UFPB - (2017)

Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	O programa tem como objetivo proporcionar a integralidade de estudantes regularmente matriculado na UFPB, no acesso ao conhecimento científico e a cultura. RESOLUÇÃO NORMATIVA 17/2006 CNPQ E RESOLUÇÃO CONSEPE/UFPB Nº 17/2007.
Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica - PIVIC	O programa busca atender ao mesmo objetivo do PIBIC, porém, não oferece bolsas de estudo.
Programa Institucional de bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas - PIBIC - AF	Tem como objetivo despertar o interesse pelo estudo da ciência e incentivar os talentos potenciais para a pesquisa entre os estudantes de graduação que ingressam na UFPB por uma ação afirmativa em todas as áreas do conhecimento, através da participação em projetos de pesquisas a orientação de professores da UFPB.
Programa Institucional de bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- ³ PIBITI	O programa tem como objetivo estimular os jovens ingressos na educação superior, no que diz respeito às atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação.
Programa Jovens Talentos para Ciência da CAPES	O objetivo principal é a preparação de estudantes para participarem do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) DA capes, Ciência sem Fronteiras (CSF) ou Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ)
Ciência sem Fronteiras	O programa tem como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional.

Fonte: UFPB. Universidade Federal da Paraíba, Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE e PRAPE/GPR/Portaria 02/2012.

Dos programas de pesquisa que contribuem com a permanência do estudante da Universidade, destacam-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC que tem como objetivo o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior; e o Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica - PIVIC, em o mesmo objetivo o PIBIC, todavia não conta com bolsas remuneradas, é um programa que estimula os estudantes para atuarem como voluntários no desenvolvimento de pesquisas.

Quadro 04 - Programas acadêmicos de ensino que favorecem a permanência na UFPB - (2017)

³ Disponível em <<http://www.cnpq.br/web/guest/pibiti>> acessado em 16 de jul. 2017.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)⁴	O programa tem como objetivo contribuir para a melhoria da formação inicial dos discentes, nos cursos de licenciatura e na formação continuada dos professores, ao qual possibilita aos estudantes desenvolverem atividades nas escolas permitindo aos graduandos bolsistas uma convivência com o cotidiano do exercício da função docente. DECRETO N° 7.692, DE 02 DE MARÇO DE 2012 E ESTÁ INTITULADO NA UFPB COMO, A LICENCIATURA, O ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR.
Programa de Licenciatura – PROLICEN⁵	O programa foi instituído pela instituição e tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura e promover a melhoria da formação continuada dos professores das escolas públicas da Paraíba.
Programa de Melhoria da Educação Básica – PET⁶	A partir de 1999 surgiu o PET nas instituições de ensino superior, privado e público, e tem como objetivo, apoiar estudantes no que se refere a integração deles em atividades de ensino, pesquisa e extensão. LEI 11.180/2005, REGULAMENTAÇÃO ATRAVÉS DA PORTARIA N° 3.385/2005, N° 1.046/2007, N° 591/2006 E 976/2010.
ESTÁGIOS	Existem dois tipos de estágio supervisionado, o obrigatório (interno e externo), aquele definido na grade do curso de graduação, cuja a carga horária é requisito de aprovação e obtenção de diploma, e o não obrigatório (interno e externo), aquele desenvolvido como atividade opcional cuja a carga horária pode ser aproveitada para integralização de crédito para aluno desenvolver atividades de estágio obrigatório e não obrigatório.
MONITORIA	O programa de Monitoria é desenvolvido por meio da elaboração e execução dos projetos de Monitoria, constituído de planos e ação (PAS) referentes a disciplina dos cursos de graduação.

Fonte: UFPB. Universidade Federal da Paraíba, Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE e PRAPE/GPR/Portaria 02/2012.

Os programas e ações supracitados vêm contribuindo de forma significativa com a permanência desses estudantes, pelo incentivo financeiro e por despertar a vocação para pesquisa científica, em que, em certa medida, estabelece uma troca de experiência entre graduandos, mestrandos e doutorandos, por de debates resultantes das pesquisas desenvolvidas coletivamente.

Assim, ao tratar sobre a categoria permanência no bojo dos programas e ações que à sustenta, cabe nesse contexto, a retomada aos pressupostos teóricos de Bourdieu, haja vista que seu estudo vem contribuindo significativamente na compreensão do debate em torno da permanência, a partir do processo contextual do indivíduo.

Nesses termos, ao compor a Sociologia da Educação a partir relação entre a sociedade e educação, Bourdieu evidencia a complexidade subjetiva que compõe o ser humano. Dessa forma, segundo o autor referido, fatores externostransmitem informações que são absorvidas pelo sujeito, e quando posto no

⁴ Disponível em: <<http://pibid.dce.ufpb.br/>> Acesso em: 21 de jul. 2017.

⁵ Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/processos-seletivos/noticias/edital-prolicen-2017.pdf>> Acesso em: 20 de jul. 2017.

⁶ Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/programas/pet>> Acesso em: 20 de jul. 2017.

campo social, incorpora-se uma cultura, hábitos que se reproduzem, no que diz respeito ao modo de vida no campo social (BOURDIEU, 1998).

Por tanto, quando uma instituição de ensino superior pública se propõe em abarcar programas e ações visando a manutenção de seus estudantes até a conclusão de uma graduação, ela está contribuindo para que esses estudantes tenham na prática, uma educação mais justa e verdadeiramente inclusiva (SANTOS, Jailson, 2017).

Com a expansão do acesso ao ensino superior, a categoria permanência passou a ser debatida com ênfase, já que o acesso não é elemento único para assegurar a manutenção do estudante. A assistência estudantil tornou-se indispensável nesse processo. Logo, democratizar a educação superior, além do seu princípio essencial que é a garantia de acesso somado à qualidade, deve acima de tudo possibilitar a permanência dos que nela ingressam.

Com o objetivo de dar às instituições condições de permanência no Ensino Superior, amortizando as decorrências das disparidades apresentadas por um conjunto de estudantes, derivados de segmentos sociais, estes que, estão cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso, surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constituído por um conjunto de estratégias cuja finalidade é a de prover recursos financeiros para que os universitários possam desenvolver sua graduação, buscando reduzir ao máximo o índice de evasão.

Na Constituição de 1988, o artigo 214, estabelece um Plano Nacional de Educação (PNE), o qual foi elaborado pela União com a colaboração dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Regulamentado pela Lei 10.172, em 9 de janeiro de 2001, objetiva uma melhor qualidade de ensino, a diminuição da disparidade social no tocante O acesso e a permanência na escola. Assim, o PNE determina diretrizes com o desígnio de articulação e o aumento de todos níveis de educação.

Desde o final da década de 1980, se vem discutindo a educação como um direito de todos, o que resultou no desenvolvimento de projetos que possibilitaram um melhoramento na educação no país. Paralelamente ao PNE foi criado o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que tem como essência ações afirmativas voltadas para a assistência estudantil nas universidades federais. Na educação superior, essas ações visam especialmente, o acesso e acima de tudo a permanência nas universidades o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).

Assim, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, os pesquisadores realizaram um estudo no qual, Castelo Branco; Jezine & Nakamura (2014) destacam a Portaria nº 02/2012, que “dispõe sobre a Regulamentação do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)”. Os pesquisadores entendem que:

O Programa de Benefícios “é o conjunto de ações estabelecidas pela Política de Assistência Estudantil tratada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto 7.234/2010”. Segundo o Art 2º, o Programa é composto por Restaurante Universitário; Auxílio manutenção; Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional, dependendo, porém, no art. 13, da disponibilidade orçamentário-financeira da UFPB, o que tem dificultado a sua implantação efetiva (CASTELO BRANCO; JEZINE & NAKAMURA; 2014; p,10).

Para compreender “como são e como se dão” as ações afirmativas desenvolvidas a fim de atender os estudantes socioeconomicamente vulneráveis pela universidade, é necessário um olhar reflexivo e atento para todos elementos diversos que a constituem. Assim, as “políticas públicas precisam ir além de apenas garantir o acesso a esse nível de ensino, precisam garantir manutenção durante a permanência na instituição com vista a conclusão do curso e como conseqüente, o sucesso acadêmico” (SANTOS, Jailson, p. 39). A permanência é a natural conseqüência do acesso.

Contribui com a permanência do discente para assegurar o processo de formação acadêmica, o desenvolvimento de capacidade profissional e cidadania, caracteriza-se como objetivo da A Assistência Estudantil, juntamente com a busca de ampliar cada vez mais as condições para que essa permanência aconteça com qualidade, buscando tornar mínimo os efeitos ocasionados pelas desigualdades sociais, reduzindo assim, o índice de retenção e evasão escolar e contribuir, democraticamente, para a promoção da inclusão social pela educação.

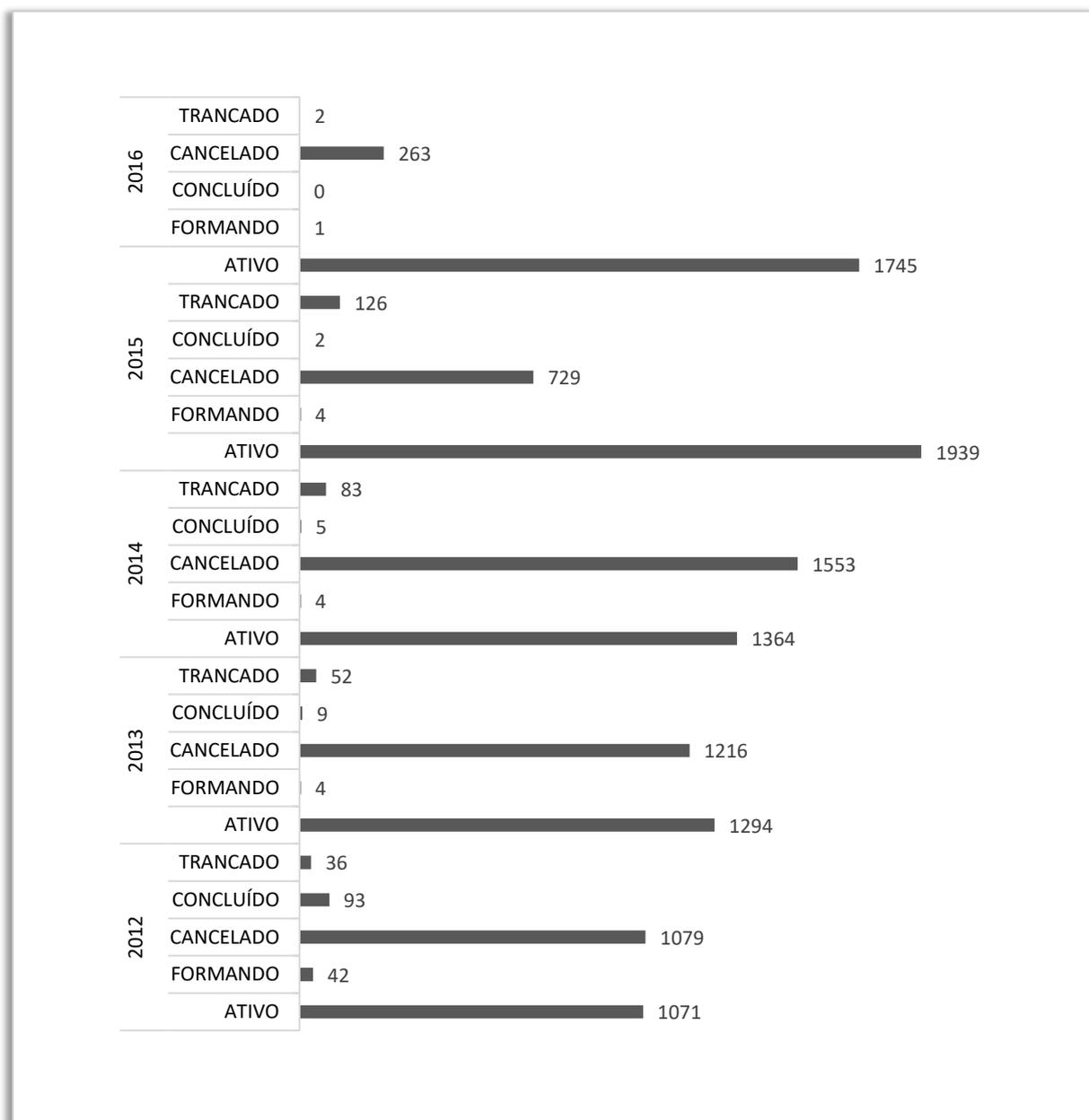
Pelo exposto, evidencia-se que a UFPB assumiu um compromisso social e político, desde a sua fundação, de construir saberes e trabalhar em razão da emancipação humana através do acesso ao conhecimento. Para tanto, é necessário, além da democratização das condições de acesso à universidade, a garantia da permanência e da qualidade na formação profissional, tornando-se necessário o constante aperfeiçoamento dos processos gerenciais e acadêmicos. Certamente estes são os maiores desafios da UFPB no atual contexto econômico do país.

A partir das discussões anteriormente esplanadas, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no ano de 2016, assiste um número de estudantes, estes os quais, estão inseridos num contexto de vulnerabilidade social, uma vez que, foram contemplados com os auxílios de permanência oferecidos pela UFPB, mantidos com recursos do Plano Nacional da Assistência Estudantil – PNAES.

O acesso a todos os benefícios visando à permanência é feito através de processo seletivo para averiguação da condição de vulnerabilidade socioeconômica. Os processos seletivos acontecem em todos os campi da UFPB, normalmente nas primeiras semanas de cada período letivo. (PRAPE, 2017, s/p.).

As ações afirmativas atuantes na UFPB, alteram os resultados educacionais da uma instituição sim. O desempenho educacional junto as ações afirmativas devem ser consideradas, pois, tais políticas têm sido benéficas para os candidatos-alvo das ações afirmativas. Contudo, ainda sim, salienta-se que esses alunos, mesmo que assistidos por programas estudantis, cujo teor é auxiliar na permanência na universidade para que assim possa concluir a graduação, infelizmente, muitos desses estudantes, não conseguem concluir o curso, ocasionando, a estes, o trancamento, ou até mesmo o cancelamento da matrícula, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 06 -Situação geral da Matrícula de Ingressantes Cotistas da UFPB - (2012 – 2016)



Fonte:Superintendência tecnologia da informação – STI (2016).

As informações do gráfico apontam as taxas de graduação matrículas ativas, trancadas, concluídas, canceladas e de matrículas pertencentes a estudantes em condição de formando. Primeiro observa-se as taxas de trancamento dos alunos em 5 diferentes anos, sendo eles em escala crescente de 2012 a 2016. Nesse período, constatamos que, o ano de 2015 aparece como o período em que foram efetuados o maior quantitativo de matrículas trancadas, totalizando o número de 126, já no ano de 2016, o número de matrículas trancadas somam 2. Seguidamente, a partir dos dados, percebemos que no tocante as matrículas canceladas, o ano que aponta maior número no ano de 2014 dispara com 1.553, enquanto em 2016, os números de matrículas cancelados foram de 263. No período de 2012, 42 matriculados estavam em situação de formando, quando em 2016 constamos o menor número de formandos, tabulando apenas 1. O ano de 2012 aparece com o maior número de matrículas concluído, somando 93, enquanto em 2016 o número é 0. A partir desses indicadores, é possível entender que, nem todas os estudantes conseguem concluir o curso, ao longo do caminho, muitos trancam, cancelam.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa realizou uma análise sobre as políticas de permanência no âmbito da UFPB, a partir dos programas acadêmicos e de assistência estudantil que possam favorecer a permanência e a conclusão do curso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, levantou-se uma problemática pertinente no sentido de saber quais as contribuições dos programas e assistência para o favorecimento da permanência e conclusão cursos superiores na UFPB de sujeitos com histórico de vulnerabilidade social?

A partir dos resultados evidenciados na pesquisa, considerando a contextualização das políticas públicas e ações afirmativas desempenhadas em prol da permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis na Universidade Federal da Paraíba – UFPB foi inferir que os programas de cunho assistencialistas adotados pela instituição, não contribuem no processo de construção da permanência dos alunos, mas os programas acadêmicos, pelo contrário, vêm contribuindo de forma significativa nesse processo, sobretudo para estudantes com histórico de vulnerabilidade social que veem nesses programas a oportunidade de inserção na iniciação científica.

Além disso, pôde-se perceber através dos dados apresentados, o quantitativo referente aos discentes beneficiados por cada programa de auxílio estudantil na UFPB, no período de 2013, 2015 e de 2016, um pequeno aumento, Compreendendo a educação superior, conseqüentemente, percebe-se a questão da permanência, desencadeia-se a discursão das ações assistencialistas estudantis. Nesta perspectiva, a partir deste estudo, percebemos a contribuição da UFPB no processo de permanência dos graduandos da referida Instituição.

Contudo, salienta-se que as ações afirmativas atuantes na UFPB alteram os resultados educacionais dá uma instituição sim. O desempenho educacional junto as ações afirmativas devem ser consideradas, pois, tais políticas têm sido benéficas para os candidatos-alvo das ações afirmativas. Contudo, ainda sim, salienta-se que esses alunos, mesmo que assistidos por programas estudantis, cujo teor é auxiliar na permanência na universidade para que assim possa concluir a graduação. Infelizmente, muitos não conseguem concluir o curso, ocasionando, a estes, o trancamento, ou até mesmo o cancelamento da matrícula, como observados nos dados no decorrer desse estudo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>> Acesso em: 10 de ago. 2017.

CARVALHO, Rayana; JEZINE, Edineide. **PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: “um peso, duas medidas”**. Espaço do currículo. p. 108-120, janeiro a abril de 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/rec.2016.v9i1.108120/15341>> Acesso em: 20 de abr. 2017.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 – 2012)**. Disponível em: <<http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 13 de fev. 2017.

CASTELO BRANCO, Uyguciara; JEZINE, Edineide. **A Expansão da (na) UFPB: avaliando o Reuni (2008 A 2012)**. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17780/10145>> Acesso em: 11 de ago. 2017.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. **A Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública: a perspectiva estudantil**. Disponível em: <> Acesso em: 10 de jan. 2017.

JEZINE. Edineide; CARVALHO. Maria Eulina Pessoa. **Diagnóstico da Universidade Federal da Paraíba – UFPB Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/contents/legislacao/decreto-pnaes-2010-1.pdf/view>> Acesso em: 10 de ag. 2017.

OLIVEIRA, Josineide. **ACESSO E PERMANENCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR** – os percalços dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no curso de pedagogia – área de aprofundamento em educação do campo - UFPB.

OHIRA. Maria Lourdes Blatt. **Por que fazer Pesquisa na Universidade?** Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/329/388>> Acesso em: 10 de jul. 2017.

SOUSA, A.L.L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/programas/prolicen>> Acesso em: 10 de jul. 2017.

SOUSA, A.L.L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/programas/prolicen>> Acesso em: 08 de ago. 2017.

SANTOS, Jailson. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da Diversidade Sexual no Curso de Pedagogia - Educação do Campo**. TCC.UFPB, 2017.

UFPB. Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE. **Processos Seletivos**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape>> Acesso em: 10 de ago. 2017.

UFPB, **Relatório de Gestão 2016**. Disponível em <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao_2016.pdf/> Acesso em: 11 de ago. 2017.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista brasileira de educação, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>> Acesso: 10 de mar. 2017.